

Escola de  
**ECONOMIA**  
de São Paulo

**Textos para  
Discussão**

**134**

Fevereiro  
de 2004



**SOCIEDADES E MUDANÇAS SOCIAIS**

R NICOL

## SOCIEDADES E MUDANÇAS SOCIAIS

---

R Nicol<sup>1</sup>

### RESUMO

Neste texto tentamos mostrar como o processo de desenvolvimento não pode ser entendido como um mero processo de mudança econômica, valendo-nos das contribuições dos sociólogos evolucionistas, para tal.

### PALAVRAS CHAVES

Desenvolvimento Econômico; Sociedade; Mudança Social; Modernização; Evolucionismo; Subdesenvolvimento.

### CLASSIFICAÇÃO JEL

N10; O10.

### ABSTRACT

In this paper we try to show that the process of economic development cannot be understood as a mere process of economic change, using for that purpose the theories of some evolutionary sociologists.

---

<sup>1</sup> O autor agradece a gentileza do Prof. Luiz Carlos Bresser-Pereira por sua leitura crítica deste artigo e pelas sugestões dadas.

## KEY WORDS

Economic Development; Society; Social Change; Modernization; Evolutionism; Underdevelopment.

Os artigos dos *Textos para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas* são de inteira responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião da FGV-EESP. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos, desde que creditada a fonte.

Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas FGV-EESP  
[www.fgvsp.br/economia](http://www.fgvsp.br/economia)

Nos últimos séculos o Mundo Civilizado passou por uma Grande Transformação que esteve associada a uma série de eventos históricos importantes entre os quais dois se destacam, quais sejam: a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, com todos os seus desdobramentos econômicos, políticos e sociais. Como resultado de tais transformações surgiu o que se convencionou chamar de o mundo moderno. Entre outras características, esse mundo moderno assim surgido, apresenta a de ser um mundo em moldes europeus. Em outras palavras, os eventos históricos mencionados mudaram o mundo no sentido de terem-no tornado: primeiramente moderno e, em segundo lugar, europeu.

O fato de o processo de modernização ter se iniciado no noroeste da Europa explica em boa parte o porquê desse processo, ao se difundir para o resto do mundo, europeizou o mundo. Sociedades que até há 250 anos atrás eram muito diversas das sociedades européias, através do impacto da modernização européia se transformaram em sociedades, em aspectos importantes, muito semelhantes às sociedades européias.

A maioria dos leitores concordaria que as sociedades civilizadas do século XXI são, em algum sentido, sociedades modernas. Muitos, entretanto, talvez não tenham atentado para o fato de que essas sociedades são sociedades européias. Em que sentido são sociedades européias? Em muitos. Basta observarmos os aspectos relacionados à Ciência. A Ciência que se pratica em todo o mundo civilizado é o tipo de Ciência que surgiu na Europa a partir da Idade Média e se consolidou com a Revolução Científica do século XVIII. O mesmo pode ser dito a respeito da Matemática: é uma Matemática européia. A Física é uma Física européia. A Medicina é uma Medicina européia. A Química é uma Química que nasceu e tomou forma na Europa. A Engenharia é uma Engenharia européia. Até a História que estudamos como História Universal é uma História européia. Aqui, no Brasil, os cursos de História Mundial são cursos de História Européia. Não se estuda, normalmente a história da África negra, antes da chegada dos europeus. O que se estuda acerca da China e da Índia são suas contribuições ao nascimento da Civilização, para depois se dar um salto temporal e só voltar a se estudar essas duas áreas quando da chegada dos europeus.

Não precisamos nos restringir aos aspectos científicos: quase todo o mundo civilizado se veste à moda dos europeus, aprende como sua segunda língua uma língua européia, almeja ter padrões de consumo europeus (os EUA não passam de uma extensão do mundo europeu, embora a vaidade nacional dos norte-americanos, muitas vezes, faça com que pensem que são algo *sui generis*). Mais importante, ainda, são as instituições ditas modernas, que, em quase todo o mundo, são adaptações de modelos europeus.

Ocorreram, pois, dois fenômenos do ponto de vista das sociedades do resto do mundo. Sob o impacto do processo de modernização europeu estas se modernizaram e, em segundo lugar, se europeizaram.

Ambos processos estiveram intimamente atrelados à supremacia econômica que a Europa, mais especificamente, que a região noroeste da Europa, alcançou a partir de fins da Idade Média e que levou a que o primeiro processo de industrialização ocorresse nessa região, nomeadamente, na Inglaterra, entre 1750 e 1840, e levou a que as industrializações imediatamente subsequentes ocorressem em outros países dessa região e no apêndice social, cultural e econômico britânico, que era jovem nação americana, na virada do século XVIII.

Qualquer tentativa de explicar adequadamente o porquê só nessa sociedade, nomeadamente, a do noroeste europeu, poderia ter ocorrido o processo de modernização que levou ao processo de industrialização e à primazia da Europa entre as diversas regiões do mundo, tem de, à semelhança da explicação dada para tal fenômeno por David Landes (1998), de apelar para explicações que se valem de uma série de argumentos baseados em fatores de natureza geográfica, climática, cultural e institucional.

Trocado em miúdos, isto quer dizer o seguinte: se eliminarmos os fatores extra-humanos, isto é, a geografia e o clima que são dados da natureza e que, embora, em nossos dias, possamos crer, de uma maneira otimista, que mais cedo ou mais tarde conseguiremos manipular ambos estes fatores a nosso favor, há cerca de mil anos atrás eram fatos dados, imutáveis, tão imutáveis quanto a sucessão dos dias e das noites, aos quais só nos resta adaptarmo-nos, restarão os fatores humanos citados de natureza social, cultural e institucional, isto é, sobram os fatores que conhecemos de forma mais genérica como sendo “fatores sociais”.

Assim, para explicarmos um fenômeno que à primeira vista parece ser um fenômeno, exclusivamente, ou eminentemente econômico/tecnológico, ligado à primeira revolução industrial e a seus mecanismos deflagradores, teremos de nos valer de explicações de natureza social, isto é, teremos de nos valer de argumentos que apelam para elementos não econômicos ou tecnológicos. Isto nos leva a indagar quais as relações existentes entre uma sociedade e seu desempenho econômico e tecnológico.

Para podermos dar algumas respostas a essas questões devemos considerar, primeiramente, o que é uma sociedade e qual sua natureza.

Todos sabemos o que é uma sociedade já que usamos o termo em Português e, presumivelmente, quando de seu emprego não estamos meramente, à semelhança de um papagaio, repetindo sons cujo conteúdo desconhecemos. Embora de uma forma geral todos saibamos o que se entende pelo termo sociedade, o que podemos não saber seria o sentido mais preciso dessa palavra, sentido no qual é empregado por pensadores sociais modernos.

Começemos, pois, pela origem da palavra. Sociedade vem de socius ( raiz séc-, de sequor) que em Latim quer dizer: sócio, amigo, companheiro, seguidor, aliado, confederado, isto é, uma pessoa com a qual dividimos algo, temos algo em comum, à qual estamos ligados por amizade ou alguma outra razão sem, entretanto, implicar em um vínculo de subordinação, especialmente, de subordinação através da força. Afinal de contas, estar e permanecer associado a alguém é uma expressão de nossa livre vontade que pode ser alterada a qualquer momento.

Este termo vem sendo empregado desde há muito e ainda hoje em dia muitas pessoas o usam nessa acepção como, por exemplo, quando falam da sociedade dos amigos da Santa Casa local, ou da Sociedade dos Torcedores do São Paulo.

Entretanto esse sentido de uma associação voluntária de pessoas não é o sentido em que o termo sociedade é normalmente empregado por sociólogos, politicólogos, antropólogos e demais cientistas sociais, em nossos dias.

Da idéia original de um grupo de pessoas que voluntariamente se associam para atingir um objetivo comum, podendo este objetivo ser o mais variado possível, podendo ir desde o de se encontrarem para degustar vinhos a unirem seus esforços para tocar uma empresa. Em outras

palavras o conceito moderno de sociedade não exclui a possibilidade de um grupo de pessoas formar uma sociedade voluntariamente. Entretanto, modernamente, também se vê a possibilidade de pessoas pertencerem a uma sociedade de uma forma não voluntária. Assim, posso não querer fazer parte da sociedade de meu país, mas a não ser que disponha dos recursos financeiros adequados e da liberdade política e legal de poder sair de meu país e de a sociedade para a qual pretendo migrar estar disposta a me aceitar, não posso fazer nada acerca de meu desejo de não querer pertencer a uma sociedade que não me agrada.

Este último exemplo nos leva a uma segunda diferença, entre o conceito tradicional e o conceito moderno. Em geral quando cientistas sociais falam sobre sociedades, estão se referindo a agrupamentos humanos maiores do que aqueles que normalmente são contemplados no Direito Civil, isto é estão se referindo a grupos que no passado seriam denominados de clã, tribo, hoste, povo, gente, nação e termos semelhantes.

Admitindo-se, pois, primeiramente que pertencer a uma sociedade, dependendo do tipo de sociedade de que estejamos falando, pode ou não conter um elemento de participação involuntária, e, em segundo lugar que, normalmente, quando se fala de sociedade em ciências sociais o grupo humano que se tem em mente é amplo, o conceito usado hoje em dia incorpora as idéias centrais que listamos abaixo.

Uma sociedade, apelando para uma definição freqüentemente usada por sociólogos, seria um grupo de pessoas que têm em comum os fatos de:

- i. dividirem, isto é, habitarem um mesmo território;
- ii. compartilharem de alguns valores e crenças básicas, como, por exemplo: que é fenomenal ser americano, ou que é motivo de orgulho ser brasileiro, que a mulher deve ter os mesmos direitos que os homens, ou que várias crenças podem coexistir dentro de um mesmo grupo humano;
- iii. compartilharem de uma mesma estrutura administrativa e um mesmo conjunto de regras comportamentais ou leis, quer estas regras ou leis estabeleçam distinções entre os direitos e deveres de diferentes integrantes

do grupo, quer tais regras ou leis incorporem o princípio de igualdade de todos;

- iv. compartilharem de uma mesma sensação de que os traços (elementos) que seus membros têm em comum são muito maiores do que os traços (elementos) que os membros de outras sociedades têm em comum, isto é, os membros de uma sociedade compartilham de uma mesma, mas não necessariamente idêntica, percepção de quem somos nós (brasileiros, maoris, franceses, etc) e quem são os outros, isto é, os de fora da sociedade;
- v. comporem um grupo “razoavelmente” auto-suficiente.

Nos últimos séculos, as sociedades, assim definidas, têm tido a tendência de se confundirem com as sociedades dos estados nações.

Nossa definição do que é uma sociedade não é perfeita, mas é adequada para nossas finalidades.

Um aspecto importante de uma sociedade é que esta representa uma realidade que não se confunde com nossa percepção individual do mundo, isto é uma sociedade é uma coisa que existe independentemente de nossa mente. O que é uma coisa? Apelamos para a resposta que Durkheim deu para tal pergunta (Lee & Howard, 1995):

*“As coisas incluem todos os objetos do conhecimento que não podem ser concebidos exclusivamente pela atividade mental e que necessitam para a sua concepção de dados provenientes de fora da mente, através de observações e experimentos, conceitos que são construídos a partir de características externas e mais facilmente acessíveis, até os aspectos menos visíveis e mais profundos. Tratar os fatos de uma certa categoria como coisas não é, portanto, equivalente a colocá-los numa categoria especial da realidade, mas corresponde a adotar uma certa atitude mental com relação aos mesmos, partindo do princípio de que*

*quando iniciamos seu estudo somos totalmente ignorantes de sua natureza e de suas propriedades características, como as causas de que dependem não podem ser descobertas nem pela mais profunda introspecção.”*

Assim, entendendo uma sociedade como sendo uma coisa, podemos perguntar que tipo de coisa é? Não é o tipo de coisa que aprendemos através da indicação de alguém, como, por exemplo, uma árvore, que entendemos o que é quando, ainda criança, algum adulto nos aponta um exemplar de uma árvore e nos diz que aquilo é uma árvore e que com o passar do tempo, começamos a perceber que não somente aquelas coisas que os adultos nos indicaram como sendo árvores, eram árvores, mas que várias outras coisas que nunca nenhum adulto nos dissera que eram árvores, por compartilharem traços significativos daqueles exemplos de árvores que já conhecíamos, tais como, a cor verde durante a maior parte do ano, o tamanho, a presença de folhas, o fato de estarem, geralmente, presas ao solo e não se mover, nos levavam a admitir que, as novas coisas que víamos, eram árvores também. Esse tipo de aprendizado, embora não pareça criar problemas, não deixa de gerar dúvidas. Quando confrontados com uma coisa que em todos os aspectos lembra uma árvore, mas em um item difere, podemos concluir que é uma árvore? Por exemplo, se a coisa em questão tem folhas puxadas para o marrom, continua sendo uma árvore? Ou se a coisa em questão tem folhas e caule de plástico, é uma árvore? No primeiro caso aprendemos que não é essencial que as folhas sejam exatamente verdes e, assim, a coisa que vimos é uma árvore apesar de as folhas não serem verdes, mas no segundo caso aprendemos que é essencial que para que uma coisa seja chamada de árvore esta coisa tenha de ter vida, e uma coisa que parece árvore mas tem caule e folhas de plástico, não tem vida e, não tendo vida, não pode ser uma árvore.

Embora, não aprendemos o que é uma sociedade dessa forma, isto é, através de alguém ter nos apontado para um objeto físico e ter nos dito que aquilo era uma sociedade, aprendemos o que é uma sociedade através da linguagem, e do contexto em que o termo sociedade era empregado. Essa forma de aprender o que é uma sociedade leva a imprecisões muito maiores do que no aprendizado do que são objetos físicos visíveis como as árvores. Daí nossa necessidade de apelarmos para uma definição de sociedade que preservasse os sentidos mais comuns dados ao

termo e, ao mesmo tempo, fosse um pouco mais precisa do que no caso de seu emprego no linguajar do dia-a-dia.

No caso de uma árvore, em se tratando de uma coisa visível, as relações entre os componentes da coisa, por exemplo, suas folhas, e sua totalidade, isto é, a árvore, são visíveis, o que não quer dizer que essas relações sejam simples, mas são mais fáceis de serem visualizadas.

No caso de uma coisa não visível, tais relações tornam-se ainda mais problemáticas, devido à nossa incapacidade de visualização das diferentes partes e do todo. Assim, é mais ou menos óbvio, que desde o momento que iniciamos o uso desse termo sociedade em um contexto que necessita de maior precisão, já surja a pergunta: “mas, afinal qual a natureza de uma sociedade?”, o que em geral quer dizer, “qual a relação entre seus componentes e o todo?”

A resposta que normalmente se dá a esse tipo de questão é de fazer uma analogia entre a coisa que não pode ser visualizada - a sociedade- e alguma coisa que “conhecemos” e conseguimos visualizar.

Tradicionalmente três respostas mais freqüentes ou analogias têm sido apresentadas (Bunge, 1980). A primeira afirma que uma sociedade nada mais é do que um agrupamento de pessoas como uma coleção de quadros é meramente um conjunto de quadros. À semelhança de uma coleção de quadros, onde sua qualidade ou quaisquer propriedades especiais que esta possa ter, derivam das características dos quadros individuais, nessa analogia de uma sociedade como nada mais do que um grupo de pessoas, as características do todo derivariam meramente da soma das características individuais. Essa forma de “ver” o que é uma sociedade leva a um tipo de abordagem de questões sociais que é chamada de individualismo metodológico.

Grosso modo o individualismo metodológico, considera que a maneira correta de se investigar qualquer problema social seria através de uma análise de como se comportam os elementos constituintes do todo, isto é, os indivíduos. Por exemplo, se estivéssemos tentando descobrir como um grupo de pessoas responsável pelas decisões de uma empresa agiria quando confrontado com um problema como uma perda de mercado e seu impacto sobre os lucros da empresa, a forma de se atacar o problema seria pela análise do comportamento individual. Se após muita ponderação acharmos que cada indivíduo do grupo é um ente racional cujo objetivo

econômico é o de maximizar os ganhos da empresa ao qual pertence, então chegaremos à conclusão que o grupo como um todo agirá de uma forma análoga aos elementos que o compõem e que a resposta que o grupo dará ao problema enfrentado, será uma decisão de caráter racional que visará recuperar a rentabilidade da empresa, caso esta tenha sido afetada negativamente pela perda de mercado.

Uma outra forma de “ver” a sociedade seria a de assemelhá-la a um corpo, ou a um todo com propriedades que não se confundem com as propriedades de seus elementos constituintes. Nesta versão as pessoas que integram uma sociedade nada mais seriam do que elementos constituintes desse todo maior, mas cujos comportamentos individuais pouco ou nada têm a contribuir para a análise do todo. Uma casa tem como elementos que a constituem um conjunto de tijolos, mas para estudarmos as principais propriedades de uma casa, como a luminosidade interna, a distribuição de seus espaços, a ligação entre estes e as atividades que serão realizadas em sua diferentes áreas, ou, ainda, a sua adequação para abrigar uma família com estas ou aquelas características, não precisamos nos aprofundar no estudo dos tijolos que a compõem. Da mesma forma, aquilo que chamamos de sociedade, para ser analisado dispensaria uma análise detalhada dos elementos que a integram. Nesse tipo de abordagem, geralmente chamada de “holista” (termo que vem de “whole” que em inglês quer dizer: todo), atribuímos à sociedade como atribuiríamos a um corpo, uma personalidade própria, com objetivos próprios, hábitos próprios, muitas vezes até, um espírito próprio, e assim por diante, que nada têm a ver com as características dos indivíduos que a compõem. Nesse espírito podemos falar das sociedades orientais, como observa Edward Said, como sociedades com uma sensualidade própria, uma forma de governo peculiar (despotismo oriental), uma crueldade refinada, uma mente bem diferente da mente ocidental, e com objetivos e destinos bem diversos daqueles exibidos pelo “Ocidente”, ou pelas sociedades ocidentais.<sup>2</sup>

Freqüentemente encontramos sociólogos e economistas fazendo afirmações do tipo “é da natureza do Capitalismo, isto ou aquilo”, querendo com isso dizer que a sociedade capitalista tem uma lógica comportamental própria que não se confunde com a lógica de seus membros. Na

---

<sup>2</sup> Edward Said. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

sociedade capitalista tudo giraria em torno do lucro e da extração da mais valia dos trabalhadores e, todo o resto, se encaixaria dentro dessa lógica. Assim, dentro de uma sociedade capitalista até podemos encontrar pessoas bem intencionadas que lutaram pelo abolicionismo por razões de natureza ética, mas, “na realidade”, a abolição da escravidão moderna se deu em função da “lógica interna do sistema Capitalista”, lógica esta que nos afirma ser a escravidão incompatível com a evolução do Capitalismo, ou, mais precisamente, ser incompatível com o Capitalismo por limitar a expansão dos mercados para produtos industriais e, conseqüentemente, por limitar o lucro do capitalista. Além do que teria ocorrido um fenômeno, presumivelmente observável empiricamente, de ter o escravo se tornado anti-econômico.

Também esse tipo de abordagem permite que se fale de certas entidades como, por exemplo, uma classe social, como tendo este ou aquele objetivo, podendo-se ignorar as pessoas que fazem parte dessa classe e seus comportamentos individuais, assim como o resultado de suas interações. Todas as informações necessárias para fazermos qualquer análise social, política ou econômica já estão contidas no conceito de classe dominante, operariado e outros termos semelhantes, não sendo necessário se descer ao nível dos indivíduos e de suas interações.

Finalmente, uma última forma de se “ver” uma sociedade é o de assemelhá-la a um mecanismo (ou a um organismo), onde para saber o que está acontecendo devemos atentar para como as diferentes partes do mecanismo (ou do organismo) estão interagindo, isto é, devemos “ver” uma sociedade como um sistema. Num sistema, as partes são importantes, assim como a interação entre as mesmas. Seriam estas interações que confeririam ao sistema propriedades que não encontramos somente pelo estudo de seus componentes. Desse ponto de vista, se quisermos entender como um grupo de pessoas age, não bastaria saber como cada um agiria individualmente, mas sim, como interagiriam e procurar determinar o resultado dessa interação. Se delegarmos a um grupo de pessoas inteligentes e racionais, a decisão acerca de como enfrentar um problema, sabemos, por experiência, que não necessariamente o grupo tomará uma decisão racional. Tal fenômeno nunca poderia ser explicado se adotássemos o individualismo metodológico como forma de examiná-lo. Seria preciso examinar a dinâmica do grupo, para podermos entender como pessoas inteligentes podem acabar tomando decisões medíocres.

Dessa forma uma sociedade não seria meramente a soma de suas partes, mas a soma de suas partes bem como o resultado da interação entre todas essas partes.

“Vendo” a sociedade dessa forma, podemos continuar com nossa analogia de a sociedade ser algo semelhante a um corpo ou organismo, mas sempre lembrando que para compreendermos o que está acontecendo com esse corpo, precisamos levar em conta todos os seus componentes (órgãos) e como interagem entre si.

Se a sociedade for vista como semelhante a um organismo, à semelhança de todo organismo, deveria estar sujeita a mudanças semelhantes às mudanças que ocorrem com os organismos, isto é, deveria estar sujeita a mudanças evolutivas.

Assim, como os organismos, podemos imaginar que as sociedades que hoje conhecemos tiveram seus primórdios em pequenos grupos de pessoas, ligadas pela consangüinidade, grupos nos quais inexistiam classes e dentro dos quais a divisão do trabalho era muito pequena, estando ligada basicamente ao gênero da pessoa e à sua idade. Nesse tipo de sociedade não iremos encontrar instituições especializadas (o equivalente para uma sociedade, dos órgãos especializados de um organismo) em diferentes tipos de atividades e nem uma separação muito perceptível entre diferentes tipos de ações humanas. Assim, no ato de guerrear contra um outro grupo, a ação dos integrantes da sociedade tem uma dimensão política (a guerra defensiva ou ofensiva), tem uma dimensão integradora para o grupo (na medida que todos os membros do grupo ficam, numa situação de guerra, muito mais dependentes uns dos outros, para sobreviver, fenômeno esse que age como elemento aglutinador de grande importância para a continuidade da sociedade), tem uma dimensão econômica (na medida que novas áreas para a coleta e a pesca são conquistadas ou, perdidas) e uma dimensão religiosa (na medida que a força dos ancestrais é invocada para garantir a vitória para o grupo, ou na medida em que comemorem a vitória com um ritual sagrado, ou algo semelhante).

O leitor pode argumentar que em sociedades modernas a guerra também tem essas múltiplas dimensões, o que certamente é verdade. O que uma sociedade primitiva não tem, entretanto, são as instituições especializadas que as sociedades modernas têm, ligadas à guerra, tais como: um exército permanente e organizado, escolas preparatórias de soldados e oficiais, um

sistema de serviço militar obrigatório, órgãos de espionagem e de coleta de informações estratégicas, um ministério da guerra, etc.

Assim, podemos argumentar que partindo de sociedades pequenas e simples (nesse sentido de não terem instituições especializadas como nas sociedades modernas), com o passar do tempo, essas sociedades se diversificam e se tornam cada vez mais complexas, com o surgimento de um crescente número de instituições especializadas em diferentes áreas da ação humana. Todas essas transformações lembram, em muito, as transformações evolutivas dos organismos, isto é, lembram a crescente diversidade e complexidade que o processo de evolução biológica traz às coisas vivas.

A percepção que a sociedade é uma coisa que evolui e, como resultado, se torna mais complexa e especializada, leva-nos a perguntar o que se ganha com essa complexidade e especialização? A resposta a essa questão já foi dada há mais de dois séculos por Adam Smith quando mostrou que a economia inglesa era muito mais eficiente que a economia de outras nações justamente por ter levado a divisão do trabalho, isto é, a especialização, a um nível bem mais avançado do que o encontrado nessas outras nações. Em outras palavras: maior complexidade quer dizer maior especialização e maior especialização quer dizer maior produtividade ou maior eficiência. Essa idéia, que foi primeiramente percebida como operando na área econômica, pode ser generalizada para a sociedade como um todo. Uma sociedade mais complexa é uma sociedade mais eficiente.

É bom lembrar que a complexidade e a especialização desta decorrente, só levam a um aumento na eficiência no desempenho de uma atividade, se os critérios de eficiência e excelência que forem empregados para dirigir a ação humana em qualquer uma dessas atividades especializadas, emanarem das próprias atividades que estiverem sendo analisadas.

Trocado em miúdos, isto quer dizer o seguinte. Seleccionemos uma atividade qualquer, digamos, a atividade do administrador público. A forma de se seleccionar o administrador público deveria levar em conta só o que é ser bom administrador, sendo que a noção do que é ser bom ou mal administrador deve surgir da própria atividade de administrar e não, de uma outra esfera da ação humana, como por exemplo, da esfera política. Caso seleccionássemos os administradores

públicos de acordo com critérios políticos, estaríamos escolhendo pessoas que provavelmente estariam em sintonia com os desejos dos políticos que as escolheram, o que não quer dizer que seriam bons administradores públicos. Em geral, não seriam.

Da mesma forma, se usarmos critérios políticos na escolha do time de futebol que irá representar o país no Campeonato Mundial, teremos jogadores que representarão os diferentes partidos políticos do país e as diferentes regiões a que esses estão atrelados, o que não quer dizer que o time será composto por atletas que saibam jogar bem o futebol. O que é jogar bem ou mal o futebol, isto é, o critério de excelência em futebol é algo que deve surgir da própria atividade de jogar futebol e estaria relacionado com a destreza do jogador, sua capacidade de controlar a bola e de fazer passes precisos para seus companheiros de time, sua resistência física, e assim por diante. Ser bom jogador de futebol, em outras palavras, não quer dizer estar em sintonia com os políticos importantes deste ou daquele partido.

O que estamos dizendo é que uma sociedade mais complexa e especializada será uma sociedade mais eficiente, se e somente se, essa especialização da ação humana vier acompanhada de uma grande autonomia, por parte de cada uma dessas áreas da atividade humana especializada, para poder definir seus próprios critérios do que é excelência naquela área e tiver a liberdade para poder organizar suas atividades em função desses critérios.

Boa ciência é aquilo que os cientistas definem como tal. Não é, conseqüentemente, aquilo que o partido dominante (como no caso de Lysenko), a religião dominante (como no caso de Galileu), a grande massa (como no caso de Oswaldo Cruz), o judiciário (como no caso do professor americano que foi condenado por ensinar a teoria da evolução a seus alunos nos anos 20 do século passado) ou outros grupos definem como sendo tal.

Tendo isto bem claro em nossa mente, podemos voltar a afirmar que o que se ganha com a complexidade é uma maior eficiência, sendo a eficiência em questão, uma eficiência multidimensional, no sentido de que cada uma das áreas de especialização humana terá sua própria definição do que é eficiência e do que é excelência em seu ramo de atividade.

Uma segunda observação torna-se necessária neste ponto. Uma sociedade mais eficiente não quer dizer necessariamente uma sociedade “melhor” ou “mais justa”, no sentido ético do

termo. Esta seria uma avaliação subjetiva que não se confunde com o fato objetivo da complexidade em si. Muitas pessoas podem achar que uma sociedade mais simples oferece um tipo de vida mais “saudável” do que a sociedade moderna e complexa em que vivemos. Podemos encontrar vários exemplos de injustiças que ocorrem com grande frequência numa sociedade especializada e que não encontraremos em sociedades mais primitivas.

Dito isto, devemos lembrar que uma maior eficiência, decorrente de uma maior complexidade de uma sociedade tem implicações importantes para outras sociedades não tão complexas e, conseqüentemente, não tão eficientes.

Eficiência no sentido social em que definimos o termo, quer dizer eficiência nas diferentes atividades humanas em que os indivíduos de uma sociedade moderna se especializam. Em particular, quer dizer que uma sociedade complexa e especializada é eficiente em termos científicos e tecnológicos. Ora, a ciência e a tecnologia têm, ambas, muito a contribuir para a eficiência militar. Assim, uma sociedade complexa é, geralmente muito mais eficiente, em termos militares do que sociedades menos complexas e, conseqüentemente, deveríamos antecipar, o que a História, nos demonstra à sociedade, qual seja, o princípio da dominância cultural de Sahlins e Service (1960).

O que tal princípio nos diz é que quando uma sociedade mais avançada em termos evolutivos e, conseqüentemente, mais complexa, mais especializada e mais eficiente, entra em contato com uma sociedade menos evoluída, três fenômenos podem acontecer com a sociedade menos evoluída, a saber, pode ser:

- i) aniquilada fisicamente, quando a sociedade mais evoluída destrói a menos evoluída, como aconteceu com os astecas quando de seu contato com os espanhóis;
- ii) absorvida culturalmente, isto é, a sociedade menos evoluída absorve os traços culturais mais importantes da sociedade mais evoluída, como aconteceu com várias sociedades vizinhas que foram conquistadas por Roma e se romanizaram no processo, ou;
- iii) marginalizada, isto é, a sociedade menos evoluída pode tentar se preservar isolando-se fisicamente da sociedade mais evoluída, como aconteceu com vários grupos

índigenas que, com a chegada dos portugueses ao litoral do Brasil, foram buscar refúgio no interior do país.

Enquanto que, no passado, a tentativa de se isolar fisicamente da sociedade mais avançada, para se auto-preservar, poderia ser uma alternativa realista, para o problema do choque de culturas, hoje em dia, com a diminuição dos espaços existentes entre as sociedades “tradicionais” e as sociedades mais avançadas, quer seja em decorrência de meios de transporte mais eficientes, quer seja em função do crescimento populacional que forçou a uma ocupação de quase todas as áreas habitáveis do planeta, quer seja em função da revolução nas comunicações e na informação, esta alternativa, concretamente, não se coloca como viável.

Assim, para as sociedades mais atrasadas restam dois caminhos:

i) ou se aculturam rapidamente, absorvendo das sociedades mais avançadas as contribuições importantes que tais sociedades têm a oferecer, tais como a ciência e a tecnologia modernas, as formas de organizar a produção e a distribuição, as instituições de natureza administrativa e de organizar o esforço bélico, as instituições ligadas ao processo de difundir o conhecimento e a educação e assim por diante, esforço este que garantiria a sobrevivência da sociedade mais atrasada, embora de uma forma alterada com relação a o que era originalmente, processo esse de aculturação a que Rostow (1975) chamou de “nacionalismo reativo”ou,

ii) serão, mais cedo ou mais tarde, aniquiladas.

A história do Brasil, até o presente, está cheia de exemplos do extermínio de sociedades indígenas praticado por agricultores brancos; a história norte-americana até chega a ser mais cruel nesse sentido. O tratamento dispensado pelos colonos australianos com relação aos habitantes originais da Austrália, na melhor das hipóteses, transformou as sociedades dos aborígenes em sociedades de estrangeiros em sua própria terra. A China do século XIX foi retalhada fisicamente e condenada ao colapso político, como resultado da ganância comercial inglesa, que se expressou em duas guerras que foram desastrosas para o Império Celestial e que tiveram por base o

comércio do ópio e, posteriormente, pela ganância de outras potências mais avançadas, como a Alemanha, a França, os EUA e o Japão.<sup>3</sup>

Isso tudo quer dizer o seguinte: no processo de desenvolvimento de uma sociedade atrasada só existe um caminho, qual seja: o de se colocar no mesmo nível de desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, educacional, institucional, para citar algumas áreas, das sociedades mais avançadas. O caminho é imitar. Pode-se tentar ser seletivo na imitação para não se descaracterizar totalmente a cultura local, mas tem de se imitar com eficiência e criatividade nas áreas críticas. Se o domínio da energia nuclear é importante, a sociedade mais atrasada não pode se dar ao luxo de não querer dominar esse tipo de tecnologia por achá-la antiecológica, anti isto ou anti aquilo, ou, por achar que as prioridades de um país atrasado devem ser outras.

O que é importante copiar já foi identificado pelas sociedades mais evoluídas. Cabe às menos evoluídas, copiar ou perecer. Não existe, assim, um caminho brasileiro, para o desenvolvimento, no sentido de que a sociedade brasileira possa escolher as áreas em que tentará emular as sociedades mais evoluídas e as áreas em que poderá ignorar o processo de cópia – os objetivos a serem atingidos já estão detalhados, a maneira de se chegar lá é que pode variar um pouco, de uma sociedade para outra. A sociedade brasileira pode escolher como fazer esse percurso: de forma mais organizada e menos traumática ou de forma mais desorganizada e ineficiente, mas, só.

Essa colocação não quer dizer que a sociedade atrasada se transformará numa cópia xerox da sociedade mais avançada. Veja-se a história do Japão moderno que, desde 1852, tem sido uma história de emulação das sociedades mais evoluídas, sem, entretanto, ter perdido suas características próprias.

Mas essa emulação, certamente, quer dizer que as sociedades, nos dias de hoje, em aspectos básicos, serão muito semelhantes umas às outras. É dessa forma que podemos interpretar o processo de europeização que ocorreu e continua ocorrendo no mundo, como consequência de ter sido na Europa Ocidental que ocorreu, em primeiro lugar, o surgimento da sociedade

---

<sup>3</sup> Vide Elias Regnault. História Criminal do Governo Inglês. Rio de Janeiro: Typographia Laemmert, 1842.

complexa moderna de nossos dias, e, por ter a Europa através de sua dominância cultural (o que quer certamente dizer, dominância militar, econômica, etc), moldado o mundo à sua imagem.

## Evolucionismo adaptado à realidade social

Não devemos, entretanto, exagerar em nossa analogia evolucionista. O modelo de evolução tomado emprestado da Biologia, que nos leva a “olhar” a sociedade como estando sujeita a mudanças que lembram as mudanças evolutivas encontradas nos organismos, não nos deve cegar para o fato de que existem diferenças importantes entre a evolução biológica e a evolução social.

A primeira grande diferença, já foi objeto de nossa investigação, qual seja: o contato entre diferentes sociedades em diferentes níveis de evolução levará, muitas vezes, às sociedades atrasadas a, para usarmos um termo sugestivo, se atualizarem historicamente, pela cópia, o que implica dizer que estas sociedades darão saltos qualitativos, saltos estes improváveis na evolução em termos biológicos (afinal, “natura non facit saltum” para a Biologia tradicional). Ligado a este fenômeno observamos um processo de uniformização das sociedades que, também não tem nenhum correspondente no processo evolutivo biológico que prevê junto com a crescente complexidade dos organismos o surgimento de uma maior variedade (diversidade) de espécies.

A terceira grande diferença está relacionada com o fato de as transformações sociais terem uma base muito mais lamarckiana do que darwiniana. Afinal, as sociedades transmitem às gerações futuras, através do ensino, os resultados importantes de seus processos de adaptação ao ambiente. Este mecanismo não lembra muito as mutações biológicas espontâneas que, pela seleção natural, são transmitidas às gerações futuras, nos moldes sugeridos por Darwin. O mais próximo das mutações espontâneas que encontramos nas mudanças sociais são os acidentes históricos e suas conseqüências, ou seja, as transformações ou adaptações que tais acidentes forcem as sociedades a empreenderem. Destarte, o fenômeno de o Cristianismo ter se tornado a religião dominante, nos últimos séculos da Roma Imperial, parece se encaixar nessa categoria de um acidente que, certamente, teve um profundo impacto na conformação das sociedades européias medievais que lhe sucederam.

Mas, tendo em mente tais diferenças, as semelhanças existentes entre a evolução biológica e a evolução, social são próximas o suficiente para o fenômeno que conhecemos melhor, qual seja, o da evolução biológica, poder servir como ponto de partida para a formulação de perguntas acerca das sociedades e poder servir de elemento condutor para muitos tipos de investigação social.

Dessa forma, quando percebemos que a contrapartida do surgimento de órgão especializados em determinadas funções nos organismos<sup>4</sup> é o surgimento de mecanismos (órgãos) especializados e cada vez mais complexos voltados para a integração, coordenação ou harmonização do funcionamento desses diferentes órgãos<sup>5</sup>, somos levados a indagar se tais mecanismos também não surgiriam dentro das sociedades e se tornariam, igualmente, cada vez mais complexos, com a crescente especialização dessas sociedades em seu processo evolutivo.

A resposta a essa indagação é um sim. À medida que as sociedades evoluem e se tornam mais complexas e com atividades e instituições crescentemente especializadas em diferentes tarefas, as pessoas tendem cada vez mais a pensar e a se comportar de formas diferentes das formas mais simples e padronizadas típicas das comunidades primitivas, em decorrência dos diferentes estilos de vida e de visões de mundo a que essa especialização conduz. Assim, não é de se estranhar que um dos problemas mais complexos que, como observadores das sociedades, temos de resolver é responder à pergunta de como tais sociedades não se fragmentam. Temos que resolver, em outras palavras, o que mantém a coesão social em tais sociedades.

Em sociedades simples, que se assemelham a famílias ampliadas, podemos encontrar nos vínculos que se estabelecem entre pais e filhos e entre marido e mulher, um modelo para tentar responder a tal questão. Já em sociedades complexas, tal modelo é de total inutilidade – inexistem vínculos que se aproximam, mesmo que remotamente, do exemplo de uma família, ligando os diferentes indivíduos que compõem o grupo. Tais sociedades, como a economia de mercado

---

<sup>4</sup> Como, por exemplo, todo o complexo sistema que surgiu em várias espécies de animais mais evoluídos e que mantém a temperatura de seus corpos constante, o que lhes confere mobilidade imediata, mobilidade esta que espécies de sangue frio não possuem. Nestes animais a mobilidade só surge através do aquecimento de seus corpos pelos raios solares.

<sup>5</sup> Como observamos na crescente complexidade do sistema nervoso das espécies mais evoluídas.

analisada por Adam Smith, onde cada um faz o que quer, teriam uma tendência natural (ou, pelo menos, uma tendência do ponto de vista lógico) à anarquia e ao esfacelamento. Por que esse fenômeno só ocasionalmente ocorre? Devem existir mecanismos e, por mecanismos, entendam-se, instituições sofisticadas que garantem a coesão social, nas sociedades complexas modernas.

Que instituições entrariam nessa categoria? Certamente todas as instituições que viabilizam a vida em comum numa sociedade complexa. O sistema legal, com todas as instituições que o compõem, deve se encaixar nesse grupo. De fato, minimamente precisamos de leis claras e com embasamento secular, isto é, não religioso, para viabilizar a vida em conjunto de grupos de pessoas que, muito provavelmente, professam crenças religiosas as mais diversas. Adicionalmente, a interpretação e a aplicação de tais leis deve seguir procedimentos legais reconhecidos e aceitos e que não podem ser confundidos com expedientes políticos ou religiosos do momento.

Por exemplo, a definição de quem são os membros de uma sociedade e quem são os outros, deve ter um caráter geral e de aceitação quase que universal (como, por exemplo, na definição de que são brasileiros todos os nascidos no Brasil e, estrangeiros, todos os outros) e tal definição não pode estar sujeita a alterações ou a interpretações que variem de acordo com alterações na situação política. Se isso ocorresse, poucos teriam alguma garantia quanto à sua nacionalidade e aos direitos decorrentes de ter tal nacionalidade, o que certamente levaria essas pessoas a não estar muito propensas a arriscar suas vidas com as outras pessoas que compõem esta sociedade, isto é, não as levaria a perceber que todas estão “num mesmo barco, para o que der e vier”. Ser brasileiro, ou americano, ou alemão, seria uma mera roupagem temporária que o indivíduo teria e que não o levaria a um comprometimento mais profundo com qualquer uma dessas sociedades.

Instituições voltadas para a assistência social e para o fornecimento de alguns serviços em caráter universal, como saúde, educação, seguro desemprego e assim por diante, também se encaixariam nesse grupo. Tais instituições passam uma mensagem importante para os membros de uma sociedade. Dizem que, não importa a condição social, a raça, a crença, o gênero, e a atividade que a pessoa desempenha, para ser merecedora do apoio que o resto da sociedade lhe está a oferecer através desses serviços “a que tem direito”. Todos esses são mecanismo que

passam a mensagem de que vale a pena ser brasileiro, americano ou alemão e a participar da vida dessa sociedade.

A disposição de um grupo de pessoas de acatar uma lei, decorre deste grupo perceber tal lei como sendo legítima. A legitimidade decorre de um julgamento pessoal. Uma lei é legítima para mim, se eu a percebo como sendo razoável e como não estando em conflito frontal com meus valores mais sagrados. A percepção por parte de um grupo de pessoas de que uma lei é legítima decorre, portanto, de seu conteúdo e de este estar em conformidade com os valores daquele grupo. Tais valores devem ter curso quase que universal para que o grupo ou a comunidade perceba uma lei como sendo legítima, isto é, para que o grosso da comunidade, com as poucas exceções que sempre se insurgem contra qualquer lei, se disponha a acatar a nova lei, fazendo que ela “pegue”.

Em se tratando de assuntos não muito importantes, a maioria das pessoas está disposta a acatar as leis, desde que sua aprovação tenha se dado de acordo com os trâmites legais. Isto é, em assuntos menores, a legitimidade pode estar atrelada à forma como a lei foi aprovada, ou seja, à sua legalidade. Para assuntos importantes, entretanto, a legitimidade dependerá forçosamente de estar em conformidade com os valores da comunidade.

Hoje em dia, com os valores que internalizamos em nosso processo de socialização, qualquer lei, mesmo que tivesse sido aprovado seguindo todos os trâmites legais, mas que, por exemplo, re-introduzisse a escravidão no país, seria considerada ilegítima pela maioria dos brasileiros por estar frontalmente em desacordo com os valores reinantes, o que faria com que “não pegasse”.

Legislação ilegítima, infelizmente, pode surgir inclusive em democracias. A forma de democracia representativa que adotamos, por apresentar grandes vieses no processo de escolha dos “representantes do povo” e por estes representantes terem valores distintos dos valores

esposados pela grande massa, muitas vezes leva à aprovação de leis que gozam de legalidade, mas são despidas de qualquer legitimidade.<sup>6</sup>

Em síntese: decisões aprovadas por 51% podem ser acatadas pelos restantes 49% em se tratando de assuntos que não colidam com valores que sejam importantes para os 49% restantes. Em assuntos nos quais estão em jogo valores considerados básicos pela sociedade ou por parte importante desta, só o consenso é capaz de resolver a questão.

Os meios de comunicação têm, nesta área, papel relevante a desempenhar, na medida em que podem promover esse consenso e, por conseqüência, aumentar a coesão social.

A coesão social, na medida que depende da sensação de cada indivíduo pertencer ao grupo, pode também ser auxiliada pela universalização de certos direitos e oportunidades para o grupo. Uma sociedade que esteja sempre a transmitir através de desequilíbrios legais, sociais ou políticos, de que existem duas ou mais classes naquele barco, isto é, uma sociedade que esteja constantemente a transmitir que aquela sociedade, no sentido mais restrito do termo, sempre reservará seus melhores frutos a alguns poucos privilegiados que nem mesmo remam, enquanto os outros fazem toda a força, certamente não estará encorajando o florescimento de uma sensação de “todos estarmos juntos para o que der e vier e que nossas sortes estão entrelaçadas”. Este tipo de sociedade cria em cada um a mesma sensação que o casamento criava nas mulheres brasileiras

---

<sup>6</sup> Não seria exagero afirmar que nossos representantes têm, todos, uma agenda própria, que refletem a valores esposados por certos tipos de pessoas e não necessariamente universais. Tal agenda poderia ser: ascender meteoricamente a pirâmide social, exercer o poder (alguns afirmam que o prazer que se obtém do ato de mandar pode ser mais gratificante que o que se obtém do ato sexual), promover o ego (este, infelizmente, é um dos objetivos mais encontrados entre os “representantes do povo”), se enriquecer, e assim por diante. Se houver uma feliz coincidência de, para poder atingir seus objetivos pessoais, o representante tenha de promover o bem estar social, a comunidade sai ganhando. Mas pode e, freqüentemente, tem ocorrido, de essa feliz coincidência não se dar. Os valores divergirão também dos valores do grosso da comunidade, pelo fato de o processo eleitoral favorecer a escolha de pessoas com acesso a dinheiro, a uma boa educação e, de preferência, sem muitos escrúpulos, isso é, favorece a um determinados segmentos da classe média alta que, por terem uma vivência bem divorciada da do grosso da comunidade, e princípios morais bastante flexíveis, esposam valores que, em geral, não são representativos do grosso da população (podemos constatar facilmente tal afirmação se compararmos as opiniões divergentes entre o grosso do eleitorado e seus representantes quanto a vários aspectos de nossa legislação penal). A feliz coincidência mencionada acima, poderia vir a ocorrer com maior freqüência na medida que o processo político se tornasse muito mais transparente, pela divulgação permanente do comportamento dos parlamentares **dentro e fora** do Parlamento, de forma a tornar fácil ao eleitor avaliar o desempenho de seu representante.

do passado recente, de que a sociedade conjugal só era boa para o homem que podia “pular a cerca quando bem entendesse”.

Assim, minimamente um processo político incluyente, isto é, que permita a participação de todos os que tiverem interesse em participar, quer como eleitores, quer como candidatos, quer como ativistas de partidos ou ativistas políticos em geral, quer como líderes comunitários ou integrantes de ONGs ou em qualquer outra capacidade, transmite a mensagem de que “este barco não é só seu, é meu também – na realidade, é nosso”. Daí que processos democráticos participativos tendem a aglutinar as sociedades modernas

Importante, também, na manutenção da coesão social, é o papel desempenhado pelo secularismo na sociedade e, as instituições e valores que o promovem (Boudon e Bourricaud, 2000). Por secularismo entendemos a tendência a passar para um segundo plano os valores religiosos que, em estágios anteriores de evolução social, dominavam a vida social. Na época de Catarina de Médici, ser católico ou ser huguenote era um fator de suma importância no relacionamento social e político da sociedade francesa, diríamos mesmo, importantíssimo para a sobrevivência física da pessoa. Já há muito tempo ser ou não ser huguenote não tem a menor importância para as relações inter-pessoais na sociedade francesa. O que isso quer dizer? Quer dizer que quando o francês moderno no seu dia-a-dia, encontra outros franceses, não está muito interessado em saber a religião que essas outras pessoas possam praticar. A religião deixou de ser um elemento definidor de como as relações sociais deveriam ser (na época de Catarina, para um católico francês, se o outro fosse huguenote, isto queria dizer que este outro era um inimigo em potencial, com o qual qualquer católico que se prezasse não deveria e não desejaria ter relações), para se transformar numa série de práticas a serem desempenhadas privadamente.

A religião não perdeu sua importância para o indivíduo, só passou a ser importante no âmbito pessoal e não no âmbito social. Isto quer dizer que quando uma pessoa vê outra, não a vê como huguenote, muçulmana, judia, kardecista, ou o que quer que seja; vê como uma pessoa como as outras.

O conceito de secularismo numa sociedade complexa moderna, numa sociedade onde as diferenças entre os indivíduos aumentaram, deve ser estendido para outras áreas. Assim, para que

a trama social não sofra o risco de um esgarçamento, não pode ser importante no relacionamento do dia-a-dia: a cor, o gênero, a idade, as preferências sexuais, a origem e a ocupação, do outro, só para mencionar algumas das diferenças existentes. As diferenças não deixaram de existir, nossa tolerância, ou melhor, nossa aceitação das diferenças, é que aumentou. Deixamos de ver as diferenças como desaglutinadoras da sociedade e passamos a encará-las, ao invés, como elementos enriquecedores de nossa vida em sociedade.

Todas as instituições que promovem esses valores ligados ao secularismo “ampliado” de uma sociedade moderna, obviamente, têm um papel muito importante a desempenhar dentro do grupo de instituições que promovem a coesão social, grupo esse que, seguindo a nomenclatura parsoniana, poderíamos chamar de subsistema social de uma sociedade moderna.

Dessa maneira repetindo o que já foi dito, uma sociedade moderna, especializada e complexa, é uma sociedade na qual vamos encontrar um número muito grande de instituições especializadas, onde os indivíduos desempenham diferentes papéis.

Para fins de análise, podemos agrupar esse enorme conjunto de instituições em quatro grandes grupos, ou em quatro subsistemas, a saber, os subsistemas: cultural, social, político e econômico (Parsons, 1960, 1977). Quanto às instituições que compõem o subsistema social já falamos um pouco. Falta dar alguma idéia das instituições que compõem os outros subsistemas. Para tanto, basta listarmos algumas delas para termos uma noção dos tipos de instituições que entram nas diversas categorias.

Antes de fazermos tal lista é conveniente lembrar que uma mesma instituição pode ser classificada como pertencendo a dois ou mais subsistemas. Assim, uma escola de samba, não somente tem uma função cultural óbvia o que a torna parte do subsistema cultural, mas também desempenha um papel de integração social que não pode ser ignorado, o que a torna parte, também, do subsistema social.

Uma lista muito enxuta de algumas das instituições que pertencem aos subsistemas cultural, político e econômico seria:

- a) cultural: as instituições religiosas, científicas, tecnológicas, artísticas, educacionais, de pesquisa e as instituições desportivas;

b) político: instituições como os partidos políticos, os grupos de pressão, o legislativo, o executivo, o funcionalismo público e suas organizações, a Comissão dos Direitos Humanos, a Comissão de Justiça e Paz, a Pastoral da Terra, a Escola Superior de Guerra, o Clube dos Oficiais, e assim por diante;

c) econômico: os mercados (todos eles, para todos os diferentes tipos de produtos e serviços, para entrega no ato, ou em algum momento futuro), as empresas, os sindicatos, as cooperativas, as famílias em sua capacidade de consumidoras, o Banco Central, o Ministério da Fazenda, a Receita Federal, etc.

Além das instituições, devemos incluir nos diferentes subsistemas, os atores que não se confundem com as instituições, como o Presidente da República (no subsistema político), os diferentes indivíduos, como produtores (no subsistema econômico), como eleitores (no subsistema político), como pais/ mães (no subsistema social) e assim por diante.

## Mudança

A questão de como as sociedades se alteram, com o passar do tempo, ainda não foi abordado. Sugerimos que uma das formas de uma sociedade se modificar, seria como resultado de algum “acidente” histórico, isto é de um acontecimento histórico que poderia ter tido um desfecho diferente do que teve e, nesse sentido, poderia ser encarado como um acidente, como, por exemplo, a chegada no fim do dia, da cavalaria prussiana, na batalha de Waterloo, e que determinou a vitória de Wellington sobre Napoleão.

Acidentes, na medida em que mudam o ambiente em que uma sociedade está inserida, podem provocar, da parte desta, adaptações ou mudanças de monta.

Não havia nenhuma necessidade histórica para que Guilherme o Conquistador derrotasse Haroldo nos campos de Hastings em 1066. Tal derrota acabou forjando pendências com a França que levaram à Guerra dos Cem Anos. Durante esta ocorreram grandes mudanças nas técnicas da guerra, que forjaram a Europa Moderna.

Não havia, tampouco, nenhuma necessidade histórica de que a Invencível Armada fosse praticamente aniquilada numa série de infortúnios (para os espanhóis) que, assim, impediram que

a Inglaterra passasse para a área de influência da Espanha. Na medida em que a Inglaterra, um século mais tarde, começou a se tornar a rainha dos mares, fato este que muito dificilmente teria ocorrido tivesse o rei da Espanha derrotado as forças de Elizabeth I, temos aqui um outro acidente histórico de enormes conseqüências para o futuro da Humanidade.

Exemplos como esses podem ser encontrados às dezenas.

Outra forma freqüente de sociedades mudarem ocorre como resultado de pressões ambientais. Douglass North e Paul Thomas em um trabalho dos anos 70, sugeriram que o crescimento populacional na Inglaterra da Idade Média teve conseqüências institucionais fundamentais para o surgimento da agricultura moderna inglesa. O crescimento populacional a taxas mais elevadas que as da produtividade agrícola, pressionou os recursos alimentares da Inglaterra de fins do século XVIII, levando a um enfraquecimento generalizado da população, que nessa situação não pode resistir minimamente à peste de 1347/51, entrando em um verdadeiro colapso.

O crescimento rápido da força de trabalho, na primeira fase, levou a uma sensível diminuição dos vínculos que atavam o camponês ao dono da terra, solapando o sistema de servidão, enquanto que, por outro lado, provocava uma primeira onda de cercamento das terras. Já na fase do colapso populacional, a tendência seria, do ponto de vista lógico, de uma reversão dessas tendências, só que as liberdades ganhas pelos camponeses no período anterior, não podiam ser anuladas, a partir de 1351, o resultado sendo um aumento salarial para os trabalhadores. Em alguns países, como Portugal, o governo tentou contornar a situação, estabelecendo uma legislação de tetos salariais, de difícil observância.

Esses ciclos de crescimento populacional, seguidos por colapsos, repetiram-se nos séculos seguintes. A conseqüência de todas as pressões sobre a terra e o mercado de trabalho, teria sido o surgimento de um mercado de trabalho livre e o desaparecimento da agricultura comunal, que deu lugar a uma agricultura capitalista de grandes propriedades privadas.

Outra forma de mudança social aparece quando do contato de sociedades que estão em diferentes níveis de evolução social, como já vimos anteriormente. Este tipo de mudança seria o

protótipo de uma mudança vinda de fora ou, para usar um termo mais pedante, uma mudança exógena.

Mudanças com origem interna à sociedade (ou endógenas), seriam aquelas que foram estudadas por Marx e por Weber, isto é, estão relacionadas com as inovações institucionais (Weber) e com as inovações que Marx chamava de mudanças nas “forças produtivas” que alteram a base material da sociedade, isto é inovações na tecnologia ligada à produção.

Schumpeter (Schumpeter, 1939, 1949; Adelman, 1967) integrou todas essas possibilidades nas cinco categorias de inovações que qualquer sociedade pode introduzir em seu meio, quais sejam, inovações de:

- a) produto, como, por exemplo, a que ocorreu quando os automóveis substituíram as carruagens no transporte de pessoas;
- b) matéria prima, como quando o desenvolvimento e emprego da borracha sintética levou à substituição da borracha natural em vários produtos de uso corrente;
- c) processo, exemplificada pelo emprego da linha de produção em substituição à montagem de carros por equipes que os construíam do início ao fim;
- d) mercado, para a qual temos o exemplo de se encontrar um novo mercado, a saber, o masculino, para um produto de consumo tipicamente feminino, nomeadamente, os brincos, e finalmente
- e) organização, como da introdução da figura do consórcio na legislação e na prática comercial brasileiras.

Levando-se em conta que as primeiras quatro alternativas, correspondem a mudanças no processo físico de produção de mercadorias e serviços, estas quatro alternativas corresponderiam às inovações estudadas por Marx. Levando-se em conta que o conceito de organização pode ser tornado mais abrangente para representar instituições e as formas comportamentais que induz, então podemos ver que a última alternativa incluiria as mudanças estudadas por Weber.

Weber admitia, assim como Marx, que certas áreas do subsistema cultural, como a religião, têm uma certa autonomia com relação à estrutura social e, conseqüentemente, podem ter uma dinâmica de mudanças própria, que ao alterar instituições básicas como seria o caso daquelas instituições ligadas à religião, podem provocar alterações dramáticas no resto da sociedade.

Na visão de Weber (2002), em geral, as religiões têm uma tendência, com o passar do tempo, de sofrerem um processo de crescente racionalização. Para dar um exemplo conhecido, a religião cristã, traz em seu livro sagrado uma estória da formação do mundo que pode ser aceita acriticamente num primeiro momento. À medida que o tempo passa e as pessoas continuam a ler a mesma estória e começam a ponderar sobre o assunto, começam a encontrar algumas incoerências no texto. À partir desse momento começam a surgir diferentes tentativas de explicar tais incoerências, numa forma que faça sentido à razão humana. Essas tentativas podem levar com o tempo, como já foi observado por historiadores das religiões, a mudanças importantes nas interpretações dadas ao texto sagrado.

O Protestantismo seria o resultado de um processo dessa natureza, de crescente interpretação racional do texto sagrado que se cristalizou no século XVI e que, em sua versão calvinista, segundo Weber, teria favorecido o florescimento de um estilo de comportamento racional que esteve intimamente ligado aos primórdios do capitalismo moderno.

Nessa interpretação, teria sido uma mudança numa instituição básica, ligada à religião, ou mais concretamente, a criação da Igreja Calvinista (uma inovação institucional) que, substituindo a Igreja Católica em vários países do norte da Europa, teria levado a mudanças em outros subsistemas dessa sociedade, a começar pelo subsistema econômico.

A seqüência de mudanças como colocada por Weber pode estar correta, o que não quer dizer que seja muito freqüente. A criação de uma nova igreja para substituir uma igreja já existente, só se concretizou após muita violência para vencer a resistência de pessoas cujas carreiras e possibilidades de sobrevivência estavam atreladas à existência da velha igreja.

Em geral, mudanças institucionais, embora possíveis, não devem ser muito freqüentes, exatamente devido ao fato de que tais mudanças irão esbarrar com a oposição dos interesses ligados às velhas instituições que as novas pretendem substituir.

Muito mais provável é o processo de mudanças via inovações, ocorrer através de uma das inovações no que Marx chamaria de “forças produtivas” da sociedade e que corresponderia, em nossa apresentação a qualquer um dos primeiros quatro tipos de inovações listados por Schumpeter (a,b,c e d, acima). E, a razão para tal é muito simples, e que podemos perceber através do exemplo recente da introdução dos microcomputadores em nossas vidas. Quando do aparecimento dessa inovação de produto, sua introdução no mercado se deu de forma gradual e sem que os fabricantes de main-frames percebessem neste novo produto um concorrente para o que já fabricavam. Na realidade os micros eram vistos como produtos que iriam preencher nichos de mercado que os main-frames nunca poderiam preencher. Assim, nunca se montou uma oposição sistemática ao novo produto e, mesmo se tal oposição fosse tentada, seria muito difícil de ser organizada em função da concorrência e falta de cooperação reinante entre os fabricantes dos main-frames.

Trocado em miúdos, a introdução de inovações através de mudanças nas “forças produtivas” é mais fácil por não provocar grandes reações contrárias de pessoas cujos interesses se encontram vinculados à manutenção dos velhos produtos, matérias-primas, processos ou mercados. Não que essa oposição não possa surgir. No início da industrialização inglesa, o movimento dos luditas pretendia impedir o uso de máquinas modernas no setor industrial por achar que as máquinas iriam roubar empregos dos trabalhadores. Dessa forma os luditas se empenharam em contínuas ações de violência e quebra de máquinas industriais. Entretanto, tais movimentos, são mais a exceção do que a regra no tocante à introdução das inovações dos tipos: a, b, c, e d.

Voltando ao nosso exemplo dos microcomputadores, podemos perceber que passadas pouco mais de duas décadas de seu aparecimento, estes aparelhos estão a provocar uma verdadeira revolução nas comunicações, nas formas de se organizar o trabalho e na veiculação de informações e propaganda de natureza política, o que deve levar a transformações importantes no exercício dos direitos políticos individuais. Dessa forma, uma alteração na “base material” estaria

levando a alterações importantes nos subsistemas: cultural, social, político e econômico, isto é, em toda a sociedade.

O processo de introdução de inovações na “base material” se dá ao mesmo tempo em que ocorre o processo de acumulação de capital, mas não deve com este ser confundido. A mera acumulação de capital com tecnologia constante, para se produzir mais das mesmas coisas, da mesma forma que estas já estão sendo produzidas, leva ao que Schumpeter chamou de crescimento, que é um processo puramente quantitativo e que se esgota com o passar do tempo, entre outras causas, por termos um dos fatores materiais de produção fixo, para a maioria das sociedades, qual seja, a natureza e seus recursos. Para que tal processo não se esgote, a acumulação de capital deve ocorrer ao mesmo tempo em que ocorre o processo inovatório. Assim, o processo de acumulação de capital seria uma condição *sine qua non*, para que o processo inovatório ocorra, mas pode ocorrer acumulação de capital, sem que ocorra nenhuma introdução de inovação. Qualquer que seja a forma que o processo de acumulação tome, entretanto, como bem observou Furtado (2000), tal processo para que tenha continuidade e ocorra a taxas aceitáveis, requer a presença de condições apropriadas em termos de instituições ligadas ao mercado financeiro, instituições políticas, hábitos sociais adequados (como aqueles que levam as pessoas a poupar), oportunidades empresariais interessantes, a presença de um grupo adequado de empreendedores e, assim por diante, isto é, a acumulação de capital que, à primeira vista pode parecer um processo mais ou menos automático, na realidade é um fenômeno bastante complexo e totalmente inserido dentro de uma realidade social mais ampla e que só se torna inteligível ao se levar em conta todos esses outros elementos “exógenos” ao setor econômico.

Para que inovações sejam introduzidas, entretanto, como indicou Schumpeter, a sociedade deve contar com um pool adequado de empresários em potencial. A função empresarial, por sua vez, só pode ser exercida por pessoas ou grupos de pessoas que tenham conhecimentos técnicos adequados. Assim, a presença de um pool adequado de empresários em potencial, fica a depender de como a sociedade estrutura suas instituições educacionais e de formação técnica, bem como estrutura os mecanismos através dos quais a geração presente passa para as gerações futuras os conhecimentos e as inovações herdadas do passado. Nas palavras de David Landes, a sociedade

tem de criar um ambiente que propicie o florescimento da capacidade empresarial e tem de inventar meios adequados para perenizar a inovação tecnológica em seu seio.

Essa tarefa não é tão fácil quanto possa parecer. Landes oferece muitos exemplos de sociedades que não conseguiram perenizar o processo inovatório e, em razão disso, retrocederam no tempo. São os casos: do Celestial Império Chinês, das sociedades islâmicas e, da maioria das outras sociedades, exceção feita às sociedades do noroeste europeu.

Na visão desse autor, acidentes de natureza histórica, geográfica, política e cultural tiveram um papel crucial em permitir que a Europa Medieval conseguisse montar esquemas que perenizaram o processo inovatório em seu meio. Foi essa conjunção feliz de acidentes que teria permitido à Europa se tornar a primeira região do Mundo a se “modernizar” e a levar a cabo um processo de industrialização irreversível, que a colocou na liderança do Mundo em termos, militares, econômicos, políticos e culturais, criando um mundo à sua imagem.

Assim voltamos ao ponto inicial de nossa discussão: o processo de desenvolvimento econômico é um processo que só pode ser analisado num contexto mais amplo, da mudança social, já que, como vimos, em qualquer sociedade tudo depende de tudo e a alteração de qualquer um dos subsistemas tem repercussões importantes em termos de modificações dos outros subsistemas. Em outras palavras: o termo desenvolvimento econômico é muito infeliz por dar a entender que tal processo possa ocorrer num vazio social ou, na melhor das hipóteses, que os outros subsistemas são, em termos práticos, irrelevantes, para a análise desse processo.

Na realidade o desenvolvimento econômico é parte de um processo mais amplo e que só pode ser entendido dentro desse contexto mais amplo de mudança social. Os economistas que não prestam atenção a essas inter-relações, parecem não apreciar a colocação que Marx fez relativa a o homem fazer sua história mas em condições não de sua escolha, o que pode ser traduzido por o homem fazer sua história mas dentro das limitações impostas pela realidade social. Tais economistas imaginam que o desenvolvimento de uma sociedade seria meramente uma questão de vontade, podendo se dar em qualquer contexto social, sua consecução ficando meramente dependente do exercício da vontade de alguns atores-chaves das esferas econômica e, talvez, política da sociedade que, em determinando um aumento na taxa de acumulação,

viabilizariam, como por um passe de mágica, a transformação de uma sociedade atrasada, numa sociedade de abundância. A contrapartida dessa visão seria que o subdesenvolvimento seria o resultado da falta de vontade desses poucos atores, quando não, fruto das maquinações nefastas dos mesmos. É o voluntarismo levado ao paroxismo. Corresponde a uma visão muito pobre do que do que é uma sociedade, visão esta que em pouco ou em nada ajuda na compreensão dos problemas econômicos e, conseqüentemente, tem sugestões muito simplistas a oferecer quanto a como arrancar uma sociedade do subdesenvolvimento.

Infelizmente este é o tipo de visão que a maioria dos economistas acadêmicos tinha e, embora em proporção um pouco menor hoje em dia (2003), ainda continua tendo.

## Subdesenvolvimento

Tendo exposto como uma sociedade se transforma no tempo, podemos nos perguntar, o que seriam as chamadas sociedades subdesenvolvidas.

Uma primeira resposta seria aquela dada por Furtado (1967), quando afirma que o subdesenvolvimento ocorre devido à sociedade ter sofrido um processo de aculturação aos padrões europeus ocidentais (e americanos, para não esquecermos dessa extensão desses mesmos padrões, mas que tem certas peculiaridades próprias) e por tal aculturação ter ocorrido somente de forma parcial. A sociedade dita subdesenvolvida teria absorvido os padrões de consumo europeus ocidentais sem, entretanto, ter conseguido absorver os padrões de produção correspondentes.

Haveria, portanto, um descompasso entre o que ela almeja consumir e o que consegue produzir.

Tal colocação faz sentido? Certamente que sim. As mudanças materiais que ocorreram durante o processo de transformação das sociedades européias ocidentais e que culminaram na revolução industrial inglesa e em sua difusão pelos outros países europeus (e pela América do Norte), trouxeram consigo um conjunto de bens novos e muito desejáveis.

Isto é, ocorreram alterações materiais decorrentes deste processo e, mudanças que a maioria das pessoas de culturas as mais diversas, avaliariam como sendo boas. Teria, ocorrido, portanto um fenômeno de progresso<sup>7</sup> material.

Basta lembrar alguns exemplos. Tomemos o caso da eletricidade e seus usos. Poder tomar um banho quente sem ter de coletar madeira, aquecer a água numa caçarola e lentamente e penosamente, ir enchendo uma tina, para só depois de muito trabalho poder se lavar, é certamente um benefício que a grande maioria das pessoas, com raras exceções, gostaria de poder usufruir.

Poder chegar ao trabalho ou voltar para casa sem ter de andar a pé ou sem ter de cavalgar (para aqueles mais abonados) milhas e milhas, faça chuva ou faça sol, esteja nevando ou fazendo um calor escaldante, podendo, ao invés, tomar um ônibus, um trem, ou guiar seu carro gozando do conforto de um sistema de aquecimento ou de resfriamento adequado, é também algo que só os religiosos muito ortodoxos não gostariam de ter a sua disposição.

Poder se valer da medicina moderna e de seus medicamentos que irão garantir ao recém nascido uma vida média de 78 anos, ao invés de ter de se valer dos conhecimentos do curandeiro da tribo, é algo que a maioria das mães, independentemente da cultura, com raras exceções, também preferem ter entre suas opções.

Pensando nesses termos é fácil perceber porque os frutos materiais da modernidade exercem um fascínio irresistível à maioria das pessoas das mais diferentes sociedades.

Entretanto, em geral, é muito mais fácil para a pessoa aprender a consumir determinados bens do que aprender a produzi-los. Para que eu possa desfrutar de alguns momentos de lazer tirando fotos de entes ou lugares queridos, a única coisa que preciso aprender é como usar uma máquina fotográfica automática. Isto se aprende em poucas horas ou, talvez, minutos. Aprender a fazer uma máquina fotográfica, entretanto, não é um empreendimento de algumas horas, mas, provavelmente, de muitos e muitos anos de muito esforço e de dedicação intelectuais. A maneira

---

<sup>7</sup> A noção de progresso envolve duas afirmações. A primeira corresponde a afirmar que as coisas mudaram (um mero ato de constatação empírica). A segunda corresponde a fazer uma avaliação pessoal, afirmando que tais mudanças foram para melhor. Vide S. Pollard. *The Idea of Progress*. Penguin: 1968.

européia e, posteriormente, americana, de fazer tanto produtos já conhecidos, como novos produtos, em massa e de forma eficiente, isto é, barata, não era muito fácil de se copiar.

Temos o testemunho da antiga União Soviética a nos comprovar que esta realmente é uma tarefa difícil. Apesar de a União Soviética ter podido acompanhar o ocidente em termos de ciência e tecnologia de ponta, nunca conseguiu copiar, adaptar e implantar as formas eficientes de organizar a produção nos moldes ocidentais. Foi este problema organizacional que esteve na base de seu colapso: para poder acompanhar os EUA na corrida armamentista, corrida esta cujos custos cresciam exponencialmente, precisaria ter uma base econômica tão eficiente quanto a de seus concorrentes americanos, algo que nunca chegou a ter, inviabilizando sua posição de grande potência do mundo socialista, o que a levou, em princípios dos anos 90, a entregar os pontos.

Resumidamente: aprender a consumir é fácil; difícil é aprender a produzir esses bens que tanto queremos consumir.

As sociedades européias que lideraram o processo inovatório moderno, aprenderam a consumir essas novas maravilhas ao mesmo tempo em que as produziam – afinal, foram elas que, em primeiro lugar, produziram tais novidades.

As demais sociedades que, por acidentes históricos, não estavam na mesma raia que as sociedades européias, aprenderam com estas, o mais fácil primeiro, isto é, a consumir. O aprendizado de como produzir veio, quando veio, em geral, muito mais tarde, e com muito maior dificuldade.

Desta forma, para essas sociedades “atrasadas”, houve um período em que só podiam ter acesso a esses bens através de trocas com as sociedades européias. Como, em geral, não produziam nenhum produto muito sofisticado, só podiam obter tais bens via comércio, ou troca por seus produtos simples mas que eram difíceis para os europeus produzir por razões climáticas ou devido à escassez de algum recurso natural. No caso do Japão, foi a seda que desempenhou tal papel, já que a produção de seda na Europa do Norte, ou nos EUA, era difícil, dando ao Japão a oportunidade de exportar esse produto de origem animal e obter, em troca, toda espécie de produtos europeus desejáveis.

No caso do Brasil, foi o café; no da Malásia e da Indonésia, a borracha natural. No caso da Venezuela e dos países árabes foi o petróleo e, para muitos países africanos foi e ainda é, o cacau, o dendê, o fumo, os diamantes e outros minérios, que desempenham tal papel.

Uma das poucas exceções a essa generalização é o caso da China em fins do século XVIII e inícios do século XIX. Aos chineses, os produtos europeus dessa época, não os interessavam (ou pelo menos, assim achava a liderança chinesa). A China, apesar de não dominar as novas técnicas produtivas européias, conseguia com seus métodos tradicionais produzir bens de consumo final (em oposição aos bens de produção, isto é, às máquinas) de alta qualidade e com adequada variedade. Assim, não estavam interessados em adquirir os bens de consumo final que os europeus tinham a lhes oferecer. Achavam os produtos de alta tecnologia para a época, e que não produziam, como os relógios mecânicos, produtos curiosos, mas não a ponto de quererem adquiri-los em massa. A liderança manchu não tendo percebido a revolução em termos de produção que as novas máquinas e técnicas de produção européias estavam a produzir, bem como as implicações militares de tal revolução, não as queriam adquirir, copiar ou imitar. Assim, desprezaram o ocidente e suas bugigangas. Entretanto, a China produzia algumas coisas que os europeus ainda não tinham conseguido produzir com a qualidade e a beleza que os artesãos chineses atingiram, quais sejam: a porcelana, a seda, bem como os artigos laqueados e um produto que não tinha condições de ser produzido na Europa: o chá.

Assim, as nações ocidentais começaram a assediar a China (estritamente falando, o governo chinês) para poder comerciar com o Império Celestial. Não conseguindo fazer muitos avanços nesse sentido, os ingleses introduziram, via contrabando, o ópio, no mercado chinês, com o qual conseguiam pagar por suas importações e, ainda, ter um belo retorno comercial. O governo chinês percebendo os malefícios que o ópio trazia a seus súditos, e à sua economia, tentou proibir de forma drástica este comércio ilegal, o que deu origem a uma guerra com a Inglaterra: a primeira guerra do ópio (1839-42)<sup>8</sup>, na qual esta última mostrou sua superioridade

---

<sup>8</sup> Alguns leitores podem pensar que no século XIX, o consumo de ópio não era visto como um vício excepcionalmente nefasto. Estão enganados: tanto os europeus como os chineses percebiam claramente a ruína, em termos humanos, que o consumo da droga provocava. Um relato da época pode ser encontrado em Elias Regnault.

militar, derrotando facilmente os chineses, conseguindo arrancar do governo imperial o direito ao comércio, a legalização do narcotráfico, a cessão de Hong-Kong, a abertura de cinco portos aos comerciantes ingleses, uma enorme indenização de guerra e, posteriormente, muitos outros privilégios, como o da extraterritorialidade para seus súditos.

Este evento foi um dos pontos de partida para o processo de aculturação chinês que, a partir de então, começa a se assemelhar aos dos outros países subdesenvolvidos de então - um processo parcial devido à dificuldade de a sociedade chinesa à semelhança da sociedade brasileira e da maioria das outras sociedades ditas “atrasadas” de aprenderem rapidamente a ciência, a técnica e os processos produtivos europeus que teriam permitido a estas sociedades se colocarem no mesmo patamar dessas sociedades européias, naquela época.

## Da (in)evitabilidade do subdesenvolvimento

Neste ponto podemos nos perguntar se essa situação de subdesenvolvimento pode ser superada ou se tende a ser permanente?

O homem, como observou Marx<sup>9</sup>, faz sua história e a história nos mostra que muitas sociedades conseguiram se “atualizar historicamente”, conseguindo se colocar no mesmo patamar que o ocupado pelas sociedades ocidentais. Este certamente foi o caso do Japão, dos países europeus “atrasados”, e parece estar sendo o caminho que a Coreia do Sul, Cingapura, Taiwan, China e outras sociedades estão trilhando.

O caso da China mostra o que pode ser conseguido, em pouco tempo, desde que a sociedade se organize para atingir tal objetivo. Há 65 anos, uma nação recém industrializada, como o Japão, podia entrar com seus exércitos em seu território, e apesar de a China já contar com milhões de habitantes e, conseqüentemente, com milhões de homens à disposição para defender sua integridade territorial, os exércitos invasores podiam fazer praticamente o que bem

---

<sup>9</sup> “A História não faz nada, não possui nenhuma riqueza, não trava nenhuma batalha. É o homem, real, vivo que faz tudo isso, que possui e luta: a história não é, por assim dizer uma entidade própria que se vale dos homens para atingir seus fins; a história nada mais é do que a atividade dos homens perseguindo seus objetivos.” (Marx, *The Holy Family*, em Marx/Engels *Collected Works*, 4, pg 93)

entendessem no país vizinho. Atualmente a China é capaz de colocar um homem no espaço, feito que só duas outras sociedades conseguiram até o momento. Seria difícil imaginar que com esse potencial tecnológico, industrial e bélico (quanto ao aspecto bélico, não podemos deixar de mencionar sua dimensão nuclear), que a China hoje detém, mesmo uma nação hegemônica como os EUA pudesse entrar com seus exércitos naquele país e repetir a façanha japonesa de duas gerações atrás ou, a façanha que recentemente fez em termos de invadir o Iraque em poucas semanas, com uma força de algumas dezenas de milhares de homens.

Por outro lado, podemos imaginar diversas situações que poderiam perenizar o subdesenvolvimento de uma sociedade. Uma elite que sistematicamente consumisse os recursos escassos da sociedade, em proveito próprio, recursos esses que poderiam ser usados na capacitação tecnológica, produtiva, educacional, organizacional e institucional dessa sociedade, certamente criaria uma enorme barreira para esta se livrar do peso do subdesenvolvimento.

Com essa idéia em mente, e ignorando a formação histórica e as transformações que estão sempre a ocorrer nessas sociedades, podemos, vendo casos como o do Congo, da República Centro Africana e do Haiti, onde a rapinagem dos grupos dominantes deixou suas respectivas sociedades na penúria, chegar à conclusão que tais sociedades jamais sairão da situação de pobreza extrema, em todos os sentidos, em que se encontram.

Essa seria, entretanto, uma conclusão, no mínimo, precipitada. O Congo assim como a República Centro Africana, nem ao menos chegam a ser sociedades no sentido em que definimos tal termo anteriormente – são sim, agrupamentos de sociedades díspares que foram transformadas em nações independentes pela obra e graça do colonizador europeu. Nessas condições de rivalidades tribais, de falta de confiança generalizada, quando não de animosidade aberta entre diferentes grupos étnicos, religiosos e lingüísticos, até pode se entender como, tipicamente, se comportariam os diferentes grupos que conseguem galgar os degraus do poder: “vamos tirar tudo o que pudermos, antes de sermos enxotados do poder pelos nossos rivais, porque estes agirão da mesma forma”. O momento em que percebemos que a ação predatória dos diferentes grupos que se alternam no poder tem causas identificáveis, podemos começar a pensar em mecanismos institucionais que poderiam ser criados para amenizar ou, com sorte, até mesmo, contornar o problema.

Podemos imaginar várias outras situações similares que, à primeira vista, tornariam o subdesenvolvimento uma situação perene, mas, também, podemos olhar para as sociedades que conseguiram superar esses obstáculos e tentar encontrar através de um estudo de suas experiências históricas, com todas as adaptações culturais, sociais, políticas e econômicas que tiveram de fazer no processo de conseguir copiar das sociedades mais avançadas até as coisas difíceis de serem feitas, um caminho que poderia ser seguido pelas sociedades ditas subdesenvolvidas.

O futuro pode até estar escrito nas estrelas, mas cabe a nós descobri-lo. Só se pode afirmar que algo é inatingível se antes tivermos tentado com todas as forças disponíveis atingir nosso objetivo e tivermos fracassado. Sem um esforço minimamente sério nesse sentido, nenhuma sociedade pode afirmar que sua vocação é ser pobre e atrasada. Esse é um esforço que não se faz uma única vez, mas se refaz continuamente ao longo do tempo à medida que as gerações vão se sucedendo. Como dizia Marx “uma nação pode e deve aprender com as outras... embora [talvez] não possa dar grandes saltos e tampouco, por meros atos legislativos, possa superar os obstáculos naturais ao ...seu desenvolvimento... pode [entretanto] abreviar e diminuir as dores de *seu nascimento*” [um termo mais adequado ao contexto seria: *sua transformação*].

## Referências

- ADELMAN, Irma. *Theories of Economic Growth and Development*. Stanford: Stanford University Press, 1967.
- BOUDON, Raymond e BOURRICAUD, François. *Dicionário Crítico de Sociologia*. Ática., 2000.
- BUNGE, Mario. *Epistemologia*. São Paulo:EDUSP, 1980.
- FREEDMAN, Robert eds. *Marx on Economics*. Penguin Books, 1976.
- FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Editora Nacional, 1967.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Editora Fundo de Cultura, 1959.

- FURTADO, Celso. *Introdução ao Desenvolvimento – Enfoque Histórico Estrutural*. Paz E Terra, 2000.
- LANGE, Oskar. *Economia Política*. Cidade do México: Fondo de Cultura Econômico, 1969
- LANDES, David. *A Riqueza e a Pobreza das Nações*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- LEE, David e NEWBY, Howard. *The Problem of Sociology*. New York: Routledge, 1995.
- MARX, K, e ENGELS, F. *Collected Works*. New York: International Publishers, 1975
- NORTH, Douglass e THOMAS, Robert. *The Rise of the Western World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.
- REGNAULT, Elias. *História Criminal do Governo Inglês*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1842.
- ROSTOW, W. W. *How It All Began: Origins of the Modern Economy*. New York: McGraw-Hill, 1975.
- PARSONS, T. *The Evolution of Societies*. Prentice Hall, 1977.
- PARSONS, T. *Structure and Process in Modern Societies*. Free Press, 1960.
- POLLARD, Sydney. *The Idea of Progress*. Penguin Books, 1968.
- RADER, Melvin. *Marx's Interpretation of History*. New York: Oxford University Press, 1979.
- ROCHER, Guy. *Sociologia Geral*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.
- SAHLINS, M. D. & SERVICE, E. R. eds. *Evolution and Culture*. Ann Arbor: Michigan University Press, 1960.
- SAID, Edward. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SCHUMPETER, J. A. *The Theory of Economic Development*. Cambridge: Harvard University Press, 1949.
- SCHUMPETER, J. A. *Business Cycles*. New York: McGraw-Hill, 1939.
- WEBER, Max. *The Protestant Ethic and the "Spirit" of Capitalism and Other Writings*. Penguin Twentieth Century Classics, 2002.